

Os avanços conseguidos este ano no casario do Porto de São Mateus

Um dos projetos mais controvertidos dentro da área cultural capixaba é, sem dúvida alguma, a restauração e a conservação do casario do Porto de São Mateus. Um projeto controverso pelo desconhecimento público da significação do que é restauração e, desde que tombado pelo Estado há alguns anos, deu margem a se pensar que em rápido tempo tudo estaria pronto para o turismo. A verdade é que, de abril para cá, houve um notável avanço na consolidação das casas que restam (33) e de agora em diante é que será realmente restaurado o casario.

Foto de Rogério Medeiros datada de 79 e que mostra uma visão da beleza do casario deste antigo porto fluvial capixaba



Nesta casa a parede estava demolida, pondo em risco o desabamento do telhado. Toda lateral foi reconstruída com os mesmos tijolos e alguns retirados da casa de nº 26



Carlos Chenier

“O casario do Porto de São Mateus é um desafio aceito politicamente na atual administração do Departamento Estadual de Cultura para recuperar e consolidar uma boa imagem do Estado do Espírito Santo junto a órgãos como o SPHAN, que chegou a pensar em cancelar os contratos iniciais”. O diretor geral do DEC, Orlando Bonfim Neto, não deixa de ter uma boa razão para isso pois, atrás da história do tombamento, escoramento, consolidação e futuras restaurações existe muita coisa para se contar.

Segundo José Daher Filho, arquiteto responsável e coordenador do projeto de restauração do Porto de São Mateus, neste ano já foram consolidadas 33 casas. Inicia-se agora a restauração da primeira casa que será entregue à Lira Mateense no final do ano, com uma média de 10 operários trabalhando sob o comando de Eduardo Deoci Batista e com três equipes de apoio que são as equipes técnicas, administrativas e de obras.

— Houve um período em que o projeto esteve a ponto de ser anulado por inadimplência, por quedas acontecidas por mau escoramento e que não obedeciam a regras de

do ao meu empenho de fazer com que o Estado tivesse cumprido sua parte, que consta de 20 por cento do total de cada projeto.

O projeto inicial, assinado por Namy Carlos, era de Cr\$ 7.220.000, e até agora recebemos apenas duas parcelas de Cr\$ 1.350.000. Estivemos assinando um novo convênio no valor de Cr\$ 2.940.000 para a restauração da primeira casa.

Orlando Bonfim Neto diz que retomaram o projeto, pois o 1º convênio era da consolidação de todo o casario e restauração de uma casa apenas.

— A questão a ser vencida em toda a história do porto de São Mateus é um desafio de mostrar à União que existe competência por parte do Estado do Espírito Santo para vencer tal etapa. O escoramen-



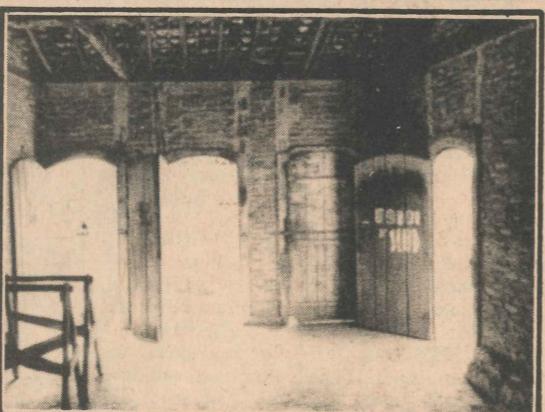
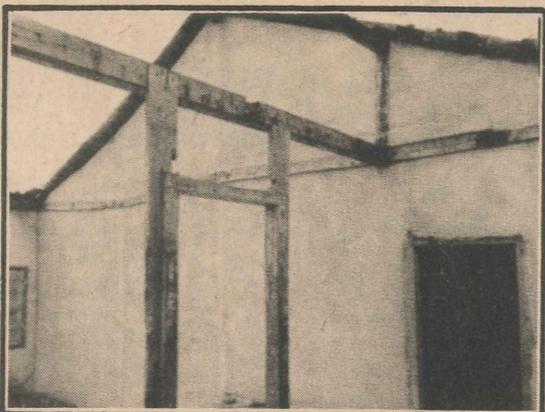
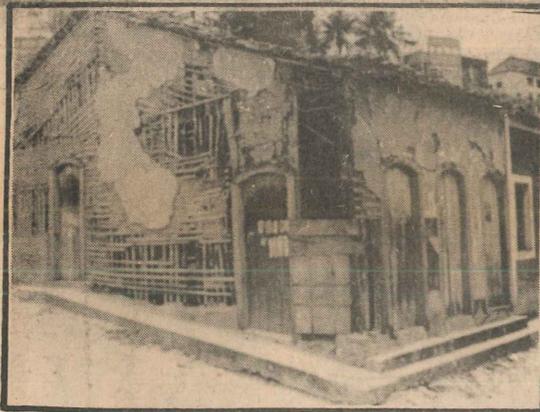
Orlando Bonfim:
“Estamos aceitando e vencendo um desafio, pois havia descrédito com relação à competência do Estado na restauração do Porto”

ninguém prever um termo fixo. Porque sempre acontece o imprevisto no momento em que se começa o trabalho e esta é uma situação real enfrentada pelo DEC. Só com uma vantagem agora: as obras estão sendo realizadas por administração direta e isso lhe dá uma maior flexibilidade para fazer com que os homens passem de um trabalho para outro à medida que isso se faça necessário.

FILOSOFIA

— Com o esforço do Estado para demonstrar este trabalho, hoje podemos pensar em outras áreas, não só em termos de idéias, assim como em termos reais, pois estamos aptos para executar, mesmo sabendo que trabalhar com patrimônio histórico é um trabalho contra o tempo, diz Bonfim.

Segundo Orlando Bonfim, “há um consenso já no País de que restauração é preservação não só de uma área imóvel, mas todo o cuidado com o seu bem cultural, com o seu bem geral. Preservação hoje está mais ligada à melhoria de vida, à condição de vida do que a fatores estéticos. Não é uma abstração, mas uma forma de enfrentar a grande realidade de país subdesenvolvido”. É muito mais barato trabalhar em cima do que já existe do que fazer coisas novas, pois “é fundamental solidificarmos nossos bens culturais, já que eles atingem o social e o econômico e a base do País é o seu



A casa de nº 22 estava para desabar, passou por uma reciclagem e pode esperar agora pela restauração

Uma reclamação de origem popular

Jales E. Faria Junior é fotógrafo profissional e pertence aos quadros do Decom. Ele — que vai a São Mateus de 15 em 15 dias para visitar parentes — procura documentar algumas vezes, através da fotografia, o porto.

— Sei que o Governo tombou o casario para o Patrimônio Histórico, mas até agora ele não fez nada e a promessa de construção é uma permanente. Sempre vejo pessoas de importância dizendo que estão fazendo o. Mas o que vi da última vez foi uma re-

forma em lajotas, com telhas de eternit, que tiram a originalidade das construções. Por outro lado, o mercado está exposto e com ele nada aconteceu, a não ser servir de boteco. Nas ruas, ao invés de calçarem com pedras, puseram um barro vermelho e, quando chove, ninguém desce e ninguém sobe. Existem casas que desapareceram... Devo dizer que meu interesse por São Mateus é que ali residem vários parentes meus e se estou há 10 anos no Estado, passei cinco vivendo naquela cidade.

que será entregue a Lira Mateense no final do ano, com uma média de 10 operários trabalhando sob o comando de Eduardo Deoci Batista e com três equipes de apoio que são as equipes técnicas, administrativas e de obras.

— Houve um período em que o projeto esteve a ponto de ser anulado por inadimplência, por quedas acontecidas por mau escoramento e que não obedeciam a regras do SPHAN. Beatriz Abaurre, portanto, teve que estabelecer estas equipes para poder salvaguardar o projeto, diz Daher.

HISTÓRICO

Quem fez o primeiro contato em forma de anteprojeto foi o ex-diretor-presidente da então Fundação Cultural José Costa, que, junto a Antônio Augusto Roseti, levantou todas as necessidades estaduais de restauração. “Na minha primeira gestão no ano de 77, desenvolvi contatos junto ao SPHAN para restauração do Porto de São Mateus em virtude de o projeto ser prioritário dentro do Governo Elcio Álvares, pois aconteciam as Semanas de Arte da Universidade e o governador era irredutível. Eu queria outra coisa, como uma distribuição que atendesse a obras precárias nos mais variados municípios e que a própria comunidade iria se encarregar posteriormente de conservar. Era uma tentativa de conservar e conscientizar a população”, explica Beatriz. Posteriormente, já no período de Namy Carlos de Souza, como presidente da então Fundação Cultural, houve assinatura do primeiro convênio. “Mas essa demora de assinatura de convênio poderá ser explicada pelos levantamentos que tiveram que ser realizados, como fotografias, levantamento do patrimônio, saber a quem pertencia, etc. Devo acrescentar que foi a única vez no Estado que o Conselho Estadual de Cultura teve competência para decretar a área de utilidade pública e tombar o casario”, acrescenta Beatriz.

RELACIONAMENTO

O relacionamento do Departamento Estadual de Cultura com o SPHAN é o normal dos órgãos públicos relacionados com determinados tipos de projetos. A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional verifica se estes projetos estão dentro de normas pré-estabelecidas para posteriormente liberar as verbas. Essa liberação de verbas obedece a rígido organograma e este ano foram liberadas duas parcelas em um total que não atinge os Cr\$ 3 milhões. A última recebemos em junho e estamos agora tentando liberar a terceira parcela. E isso só se deu da-



Orlando Bonfim:
“Estamos aceitando e vencendo um desafio, pois havia descrédito com relação à competência do Estado na restauração do Porto”

to e a consolidação agora completados é um trabalho de emergência, para que se tenha tempo até que as verbas possam chegar e as casas restantes sejam restauradas. O maior perigo era que as 33 residências do casario do Porto caíssem e não tivessem mais solução.

FASES

— A primeira fase foi a mais difícil devido a essas características todas e elementos do DEC, o arquiteto Daher e uma funcionária de nome Rosaura G. Pereira foram fazer um pequeno estágio no próprio SPHAN para saber como se procedia na agilização deste serviço, que envolve também muita burocracia. Não tínhamos experiência neste setor burocrático e agora acredito que, com a consolidação das casas, terminada a liberação de recursos, novos convênios acontecerão mais depressa.

Orlando Bonfim Neto revela que uma casa teve que ser cortada ao meio, pois estava prestes a desabar e, da forma que foi feita, fica preservada até sua restauração, pois a parte que iria ruir teve essa solução de última hora.

Segundo o arquiteto Daher Filho, “o escoramento feito não estava resolvendo e o telhado desta casa tinha caído. A solução foi retirar a parte que oferecia perigo e reciclar o material para outras casas, o que foi feito para o trabalho de consolidação ter um custo mais baixo”. Essa casa, de nº 26, serviu para consolidar a de números 22 e 17, assim como várias outras.

CONSCIÊNCIA

Tanto para Orlando Bonfim, Neto quanto para José Daher Filho a questão fundamental é que não há no Estado uma consciência de preservação de patrimônio. Este tipo de trabalho é lento e só cidades como Ouro Preto, Alcântara e, outras, que não se encontravam em situação tão precária, em vias de desaparecimento, puderam ser preservadas com maior rapidez.

Segundo Daher, uma restauração do tipo que se está realizando em São Mateus é um trabalho artístico, lento, que terá que obedecer a uma série de características próprias, respeitando-se o ambiente geral. Em termos de restauração não dá para

seu bem geral. Preservação hoje está mais ligada à melhoria de vida, à condição de vida do que a fatores estéticos. Não é uma abstração, mas uma forma de enfrentar a grande realidade de país subdesenvolvido”. É muito mais barato trabalhar em cima do que já existe do que fazer coisas novas, pois “é fundamental solidificarmos nossos bens culturais, já que eles atingem o social e o econômico e a base do País é o seu meio-ambiente. Tanto seu patrimônio imóvel como o próprio trabalho do homem, que irão identificar este homem ao seu país”.

Daher acha que a arquitetura brasileira, até sua revolução industrial, era uma arquitetura bem adaptada. As situações até então eram dadas a partir das necessidades populacionais, sempre respeitando suas necessidades físicas, seu microclima, etc.

Para Daher, assim como para Bonfim, “não se pode mobilizar uma nação toda para a restauração. O melhor é revitalizar o imóvel antigo, pois não existe no Brasil mais um pensamento de restaurar para



José Daher Filho:
“O conceito de restauração não está em reedificar para fechar e sim para ir em auxílio da comunidade”

fechar, pois todo o projeto que for levado ao SPHAN deverá repassar para uso da comunidade”.

No porto de São Mateus, está sendo necessária a abertura de uma escola de 1º grau. “Não deve-se construir ali uma nova escola, mas sim aproveitar uma das casas, para que o porto evolua e acompanhe a evolução da própria cidade e da região”, diz Daher.

Neste projeto de reconstrução do casario do porto de São Mateus os convênios assinados pela Prefeitura da cidade implicam na manutenção e na desapropriação das casas. O Departamento Estadual de Cultura fica com a responsabilidade dos serviços de Engenharia, Arquitetura, obras físicas, burocráticas e contratação de pessoal. O SPHAN dá apoio técnico e financeiro. Orlando Bonfim Neto, antes mesmo de assumir a chefia do DEC, esteve em Brasília e conseguiu com o pessoal do SPHAN um adiamento à anulação dos contratos antes estabelecidos.